



A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: A MERCADORIA EDUCAÇÃO NA ORDEM DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

PEIXOTO, Francisca Valéria de Sales
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
fvalerisp3@yahoo.com.br

ARAUJO, Jessika Candido
Universidade Federal do Ceará (UFC)
jessikaaraujo55@hotmail.com

ZIENTARSKI, Clarice
Universidade Federal do Ceará (UFC)
clarice.zientarski@ufc.edu.br

Eixo temático 2: Estado, sociedade e políticas educacionais

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a *Teoria do Capital Humano* e suas implicações para a captura da subjetividade dos indivíduos mediante uma lógica mercantil da educação. Para alcançar tal intento adota-se como método de pesquisa o Materialismo Histórico Dialético e como metodologia de trabalho utiliza-se a pesquisa bibliográfica. Como resultado preliminar, tem-se que a lógica do *Capital Humano* agudizou a crescente precarização educacional com os princípios de *reprodução societal* marcada pela individualidade egoísta.

Palavras-chave: Teoria do capital humano. Mundialização do capital. Reprodução societal.

1 INTRODUÇÃO

A reprodução societal, no atual nível de desenvolvimento do capitalismo, precisa ser compreendida na realidade concreta, tendo por base as múltiplas determinações que a envolvem e que dão forma a uma sociedade real. Sociedade marcada pela exploração das capacidades humanas de produção (DUARTE, 2004) e que intensificam os processos de estranhamento do homem e de sua vida, operando uma subsunção *formal* ou/e *real* da subjetividade do indivíduo à lógica do capital.

É nessa perspectiva que o presente trabalho se materializa, ao investigar a *Teoria do Capital Humano* e como tal concepção teórica, na conjuntura de mundialização financeira, tem favorecido a mercantilização da educação, capturado as subjetividades dos indivíduos ao submetê-las às diretrizes do sistema capitalista. E, é diante da relação simbiótica entre *Teoria do Capital Humano*, mundialização financeira e mercantilização da educação, que se formulou a problemática central deste estudo: é possível em uma



ordem global na qual o capital passou a exigir cada vez mais a *captura integral da subjetividade* do indivíduo haver uma educação humanizadora?

Ao adotar-se essa problematização, define-se como questão básica do trabalho: o que é *Teoria do Capital Humano*? E, constrói-se como hipótese da pesquisa que a lógica do *Capital Humano* agudizou a crescente precarização educacional com os princípios de *reprodução societal* marcada pela individualidade egoísta.

Para comprovar essa hipótese, adota-se como objetivo deste trabalho a análise da *Teoria do Capital Humano* e suas implicações para a captura da subjetividade dos indivíduos mediante uma lógica mercantil da educação. Como ferramenta de investigação adota-se pesquisa bibliográfica (FRIEDMAN, 1984; SCHULTZ, 1973; ALVES, 1997), centrada no método Materialista Histórico Dialético, tendo por compreensão que os mediadores, método e metodologia, adequadamente estabelecidos, possibilitam o desvelamento do real concreto nos fenômenos estudados – outrora, o real manifesto apenas em sua aparência, passa a manifestar-se em sua essência.

O trabalho por seu turno encontra-se estruturado em três seções, sendo que na primeira se discorre sobre a *Teoria do Capital Humano* e como tal concepção teórica encontra-se assentada nos princípios individualistas do mercado. Na segunda seção apresenta-se a mundialização do capital e seus impactos sobre a educação, processo que tem resulta na desumanização humana. E na terceira seção, expõem-se as conclusões do estudo.

2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: A FORÇA DO MERCADO

No século XVIII, Smith (1988) já discorria sobre as *forças do mercado* em sua obra *A Riqueza das Nações*, destacando o esforço humano e sua importância para as nações. Em seu estudo o autor aproximou-se do que hodiernamente compõe a *Teoria do Capital Humano* ao afirmar que o “[...] esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição [...]”, em situações socioeconômicas adversas, ou não, “é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda”, seja do Estado, do mercado ou das esferas sociais, “[...] não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstacula seus atos.” (SMITH, 1996, p. 54).

Na década de 1950, essa discussão, em torno do *fator humano*, tomou protagonismo com os estudos realizados na Universidade de Chicago sob a coordenação de Theodore Schultz, juntamente com Gary Becker e Jacob Mincer. Schultz e seus colaboradores fundamentando-se em estudo sobre o soerguimento econômico japonês no pós-guerra (décadas de 1950-70) – berço do sistema toyotista, um dos pilares da reestruturação



produtiva – formularam a *Teoria do Capital Humano*, tendo a educação como um de seus paradigmas: “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar.” (SCHULTZ, 1973, p. 33).

O princípio formulado por Schultz, do investimento no *fator humano*, influenciou os debates político-econômicos nos anos que se seguiram a década de 1950, sobretudo entre os liberais, destacando-se Milton Friedman, economista norte-americano da Escola de Chicago, que em sua obra icônica *Capitalismo e Liberdade* (1962) sustentou o pressuposto-base da doutrina neoliberal – no que chamou de capitalismo competitivo, alicerçado na propriedade privada e no mercado regulador: “[...] só há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado.” (FRIEDMAN, 1984, p. 21).

Para Friedman a base central da ordem social é o mercado, regulador das relações sociais, seja das vontades individuais ou políticas. Ele entende que em uma sociedade livre – capitalista e democrática – os cidadãos devem usufruir dos princípios/valores da competição, da propriedade privada nas quais as virtudes/qualidades dos indivíduos devem ser estimuladas/preservadas, sem fazer distinção entre eles. “Nosso sistema atual de educação”, diz Friedman, sobre a educação americana, quando esta gera políticas sociais permanentes ou de acesso generalizado, “longe de igualar oportunidades, está fazendo muito provavelmente o contrário [...]” (FRIEDMAN, 1984, p. 89).

Os princípios básicos do liberalismo – a propriedade privada e o mercado livre, como pressuposto do esforço e da liberdade individual – revelou, semelhantemente para Hayek (1987) – membro da chamada *Escola Austríaca* de economia – a melhor maneira de orientar os esforços individuais. A ordem socioeconômica, no dizer de teóricos como Hayek (1987) e Friedman (1962), deveria ser regida pelas forças impessoais do mercado, extinguindo o Estado interventor e erguendo o Estado Mínimo.

3 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A educação, tomado como “mercadoria-chave” (CHESNAIS, 1996), em um ambiente global competitivo torna imperiosa a formação cada vez mais intensa do *capital humano*, “por isso, a questão da formação e da produção do conhecimento passaram a ser de fundamental interesse das empresas, especialmente das transnacionais.” (CATANI et al, 2001, p. 69). A globalização está intimamente conectada ao capitalismo possibilitando a este um dinamismo mais acelerado, tornando-o “cada vez mais organizado através da



dispersão, da mobilidade geográfica”, das “respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.” (HARVEY, 1992, p. 150-151).

Embora a globalização ainda seja um fenômeno de conceituação polissêmico, não se pode negar sua relação unívoca com a *mundialização do capital*. Se para Ianni (1998), a globalização é um processo “histórico-social de vastas proporções, [que] rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades”; a mundialização seria, segundo Chesnais (1996) um novo perfil do capitalismo mundial, a moldar as estruturas de comando, desempenho e regulação, não apenas do capital, mas, também, das estruturas sócio-políticas resultando, segundo Catani et al. (2001, p. 79), na internacionalização financeira – acúmulo de capital, políticas neoliberais, desregulamentação, privatização, desmantelamento das conquistas sociais e democráticas.

A globalização é a face translúcida da *mundialização do capital*, mas paradoxalmente ela contém em seu metabolismo histórico-social o germe do processo *civilizatório humano-genérico*, a capacidade de *re-criar* o ser humano na dialeticidade entre objetivação/subjetivação e no estranhamento do gênero humano *em-si* e *para-si*. Ela possui algo de “admirável mundo novo”, que “ao criar verdadeiros indivíduos histórico-mundiais, [liberta-os] dos preconceitos locais e regionais”, mas, ela também mascara a contradição entre *mundialização do capital* e processo *civilizatório humano-genérico* pois este “desmancha-se no ar quando penetramos no espírito que agita este processo em marcha — a busca da rentabilidade universal.” (ALVES, 1997, p. 171).

Sob o jugo da globalização, o *sujeito criador* é subsumido à lógica da *mundialização do capital*, no qual a *subsunção real*, na intensificação do estranhamento do trabalhador, sua coisificação e personalização da máquina, da mercadoria, subvertem as potencialidades da realização humana, gerando um “estranhamento universal, de degradação do homem, que torna-se um nada, senão uma mera ‘carcaça do tempo’, [pois] sob o sistema produtor de mercadorias, ‘o tempo é tudo, o homem é nada — quando muito, é a carcaça do tempo’ (MARX, 1985a: 57-58).” (ALVES, 1997, p. 168).

Nesse contexto, as políticas educacionais subordinadas a ordem sociometabólica do capital – na relação entre neoliberalismo, globalização, mundialização do capital e reestruturação produtiva –, são moldadas para cumprirem o papel de reprodutor sistêmico do capital. Sendo assim, no *jogo das sobras* da globalização, que busca mascarar/enevoar/ocultar a realidade concreta.



4 CONCLUSÃO

Para os teóricos do *Capital Humano* o conhecimento na forma de capital e a decisão de adquiri-lo, por investimento na capacitação, é tomado como uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. Com a *Teoria do Capital Humano* subordina-se, de forma controlada, a função social da educação às demandas do capital em vista que a função da educação é compreendida não para formação humana, mas para habilitar, de forma distinta, os diferentes grupos sociais – técnica, sociocultural e ideologicamente – para o trabalho.

A questão da desigualdade social é deslocada dos desajustes socioeconômicos e políticos, ou seja, das diferenças de classe, logo da luta de classe, para o âmbito da responsabilidade do indivíduo em função de seus méritos. Passa-se a justificar a estratificação social na relação direta entre a melhor qualificação profissional/escolarização e a diminuição da pobreza, seja do indivíduo ou da nação.

Na contramão desta teoria, deve-se compreender que a lógica do “investimento em si mesmo” conduz ao engodo de que o indivíduo é o responsável exclusivo por seu sucesso ou fracasso em um sistema excludente como o capitalista. Este princípio afirma a lógica da mercantilização do próprio homem, visto como capital, o que assevera a ideia de que o *Capital Humano* agudiza a crescente precarização educacional com os princípios de *reprodução societal* marcada pela individualidade egoísta.

As desigualdades sociais estão vinculadas a exploração do homem pelo homem, em uma estrutura econômica desumana, individualista, egoísta. Não seria o mero esforço humano (individual) ou a *mão invisível do mercado* os responsáveis pela transformação da realidade do indivíduo, mas a mudança do próprio modo de produção capitalista, gerador da exclusão social e dos processos de estranhamento que possibilita a real modificação das condições de vida dos sujeitos histórico-sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. A “globalização” como perversidade planetária do capital. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP, 1997.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.



DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao Fetichismo da Individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, 1998.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas (1776). Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996.